

1989

Não Desejarás o Teu Próximo

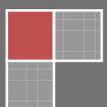
A homossexualidade como pecado,
crime e doença

Estudos em Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira, org. F. O. Baptista
et. al., Lisboa: JNICT, 1989, pp 851-860.

Miguel Vale de Almeida

MIGUELVALEDEALMEIDA.NET

1989



NÃO DESEJARÁS O TEU PRÓXIMO.

A HOMOSSEXUALIDADE COMO PECADO, CRIME E DOENÇA: ESPELHO DA CONSTRUÇÃO SOCIAL DA SEXUALIDADE, DO GÉNERO E DOS AFECTOS.

Miguel Vale de Almeida

«E assim mesmo também os homens, deixado o natural uso das mulheres, arderam nos seus desejos mutuamente... recebendo em si mesmos a paga que era devida ao seu pecado.» S. Paulo, *Epístola aos Romanos*, 1:27

«It ain't necessarily so the things that you're liable to read in the Bible ... » *Porggy and Bess*

Introdução

O texto que se segue resulta da reescrita, quase total, de um pequeno *paper* académico escrito em 1986 nos Estados Unidos. Abordava o tema da relação entre ideologia sexual e os estereótipos sobre a homossexualidade.

Os anos passaram-se e, com eles, as ideias mudaram. Resolvi tomar aquele tema como ponto de partida para este texto reflexivo e nada «etnográfico». O tema da sexualidade minoritária deixa, aqui, de ser uma questão em si. Para o olhar antropológico, o que interessa é ver, nos estereótipos do desvio, os sinais da norma, do padrão, da sua lógica e construção.

Tanto o desvio como a norma são partes de um sistema mais vasto de ideias sobre a sexualidade, o género e os afectos. Ideias que funcionam no processo de reprodução social das sociedades, pois determinam muitos aspectos das instituições da família, parentesco e casamento.

Quem se exclui da sexualidade da norma ou das normas do género, exclui-se da reprodução humana e das instituições que a ordenam socialmente. Nisto assenta o discurso religioso, o legal e mesmo o científico.

Este texto apresenta-se, assim, como um conjunto de pistas - e não uma tese - para a abordagem da sexualidade, do género e dos afectos na sua dimensão de construções sociais feitas na história e reproduzidas, bem como debatidas, nas conjunturas sobre as quais os antropólogos se debruçam.

O texto é composto de três partes articuladas entre si, mas que permitem até certo ponto tratamento separado. A primeira sistematiza um conjunto de ideias sobre o tema da construção social das ideias do género e sexualidade. A segunda foca os estereótipos sobre a homossexualidade, enquanto parte dessas ideias no contexto Ocidental actual. A terceira, finalmente, foca a sexualidade e o género como partes da reprodução social, variáveis na história.

1.

A partir da definição dos seres humanos como seres sociais e da abordagem comparativa das sociedades e culturas, a antropologia demonstra que as formas do comportamento humano em sociedade, bem como as formas de organização social, são heterogéneas no espaço, e isto apesar da unidade biológica da humanidade e das especificidades individuais. A história, paralelamente, demonstra heterogeneidade no tempo, ligadas entre si pela mudança constante.

Das várias áreas do social identificadas e abordadas por estes dois campos do conhecimento, a sexualidade e a afectividade foram largamente remetidas para os campos do biológico e do psicológico. Por dezenas de anos falou-se em antropologia de instituições como o parentesco, o casamento e a família como sendo resultantes da divisão e interacção entre homens e mulheres. Mas raramente se questionou o que fazia de um homem um homem e de uma mulher uma mulher. Estes têm sido vistos como entidades biológicas, imutáveis, sendo sociais apenas as formas institucionais que os contêm como personagens.

Homens e mulheres não são essências biológicas universais e transtemporais, mas sim seres que, sobre a realidade biofisiológica dos seus corpos, vivem uma codificação cultural desses corpos. Pertence ao social, por natureza colectivo, a elaboração dos significados culturais dos corpos, das relações entre estes, das identidades de sexo e dos valores e normas que as regem. Cada grupo social tem, pois, um conjunto de ideias, criadas na história, usadas para a reprodução social e, eventualmente, tanto manipuláveis como cambiáveis.

Importa ultrapassar a divisão sexual - constatar que em todas as partes e épocas há a divisão entre homens e mulheres - e pensar nos valores sociais que, a partir do sexual, falam de diferentes homens e mulheres, diferentes sexualidades, diferentes classificações de pessoas. O conceito de sexo deve ser entendido como biológico: de facto, os seres humanos dividem-se em dois sexos, masculino e feminino. Um outro conceito, o de género, deve ser entendido como social: as definições socialmente construídas dos sexos.

Ao observarmos, ainda que de relance, o Ocidente, deparamos com um sistema de valores em tomo do género: superioridade social masculina, submissão social feminina, heterossexualidade normativa, homossexualidade reprimida. Estes unem-se às regras do próprio sistema de parentesco: tabu do incesto, monogamia, indissolubilidade do casamento, evitamento do celibato, etc. Observamos ainda a mudança na lei e nos costumes, bem como o facto de a norma estrutural não ser cem por cento cumprida, mas antes manipulada. A norma é um objectivo social ideal a atingir. É um código, que consiste na atribuição de essências diversas a homens e mulheres, a definição de duas formas de preferência sexual, e na definição dos elementos simbólicos dos afectos que levam às uniões - o Amor -, e na valorização da reprodução humana, no quadro de um sistema de parentesco que define o que é a família e o casamento.

Família, casamento, parentesco, têm sido o grande filão temático da antropologia. Não sem razão; as relações de parentesco são o código que gere as relações sociais, entre pessoas e entre pessoas e bens, nas sociedades primitivas e, largamente, nas camponesas. Porém, a sexualidade e o género existem problemáticamente, quer nas sociedades da dádiva, quer nas da economia de mercado, quer o parentesco domine, quer não, o que me leva a pensar que não é sob a rubrica do parentesco e da família que os assuntos de género e sexualidade devem figurar.

Podemos, desde já, partilhar o conceito de Gayle Rubin (1975) sobre o sistema de sexo-género: conjuntos de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da actividade humana e nos quais as necessidades sexuais transformadas são satisfeitas.

O corolário deste enunciado é que os sistemas de parentesco devem ser vistos como sendo feitos de formas concretas de sexualidade. Eles são como que formas empíricas de sistemas de sexo-género. Significa isto que, por exemplo no Ocidente, a organização social da sexualidade e do género é constituída por uma série de regras e tabus, como acima descritos, dentro dos quais os indivíduos são *engendrados*, isto é, constituídos como seres sociais e constituídos com um género. Os sistemas de parentesco, segundo Rubin, que se apoia numa combinação de Freud, Lacan e Lévi-Strauss na sua proposta, requerem uma divisão dos sexos, a qual teve lugar com a assimilação das regras e tabus que governam a sexualidade. Assim, a heterossexualidade, ou seja, a norma, é produto do parentesco,

sendo o desejo heterossexual constituído, não inato.

Resumindo, tanto as dimensões biofisiológicas como psicológicas dos seres humanos não podem explicar tudo. Os mecanismos fisiológicos do desejo não «dizem» quem se deve desejar, muito menos quem não se deve, muito menos ainda falam de casamento ou genealogia ou herança ... O inconsciente, por outro lado, começa por ser o terreno da mais vasta polimorfia. Cabe à sociedade domesticar estes dois universos e providenciar o *script*, o guião.

Vejamos agora um exemplo. Tomemos como ponto de partida o sistema de sexo-género ocidental; neste caso, a sociedade norte-americana. em que se baseiam os dados de que disponho; peguemos numa sexualidade fora da norma e vejamos como circulam os significados que fazem dela uma coisa indesejável; em figura de espelho poderemos encontrar não só a norma, que também é socialmente construída, mas também os indícios de uma classificação das pessoas que vai para lá da sexualidade e do género.

2.

Começemos pelas palavras; porque atribuir conotações negativas a alguém ou a um grupo significa proceder a uma classificação e a uma nominalização. As pessoas incluídas no grupo ostracizado, perdem de algum modo a individualidade, ficam indissociáveis da etiqueta negativa atribuída à classificação que as abrange. No dicionário *Webster's New World* de 1982, procurei as definições dos termos aplicados, na língua inglesa, aos homossexuais, na busca de uma constelação de significados que fizessem um sentido comum. Começando pelo termo *fag*, encontrei cinco significações possíveis: servir como *fag* ou criado; fadiga, cansaço; um rapaz de uma escola pública inglesa que serve de criado a outro de uma classe superior; a parte grosseira de um pedaço de pano; a ponta desenrolada e frágil de uma corda; a última e pior parte de algo; um homossexual. Para o termo *fairy*: ser imaginário pequeno, gracioso e delicado, com forma humana e suposto ter poderes mágicos; um homossexual. Para o termo *queer*: de través, torcido, torto, desonesto; diferente do que é usual ou normal, estranho, singular; algo doente, enjoado, tonto, frívolo, leviano; duvidoso, suspeito; dado a subtilezas mentais, excêntrico; falseado, não-genuíno; homossexual. E, finalmente, para o termo *sissy*: uma pessoa tímida ou cobarde; um rapaz ou homem efeminado; um homossexual.

As palavras, por si sós, não são suficientes para uma análise dos significados usados na linguagem, como é evidente. No entanto, as analogias expostas são lógicas e fazem lembrar os atributos selectivos das «palavras sábias» dos Apaches analisadas por Basso. Segundo ele, o requisito para seleccionar atributos comportamentais - especialmente os de qualidades indesejáveis - advém dos propósitos que as palavras sábias são supostas servir, os objectivos que são supostas cumprir no decurso da interacção social (Basso, 1976).

Embora esta lista de palavras pertença a outro contexto - que não o Apache ... - o processo pelo qual a associação entre elas e a homossexualidade se fez foi certamente «sábio». As conotações negativas tornam relevantes algumas categorias da classificação. Começando por um conceito de *baixo status*, como em *rapaz* ou *criado*. Passando pelo de *fraqueza*, como em *pequeno*, *gracioso*, *fraqueza* que é tanto física como moral, associada a uma percepção negativa da feminilidade. Ou ainda a ideia de desvio, como em *desonesto*, *diferente*, *estranho*, *suspeito*, *duvidoso*, *não genuíno*, *falseado*. Bem como de *doença*, especialmente mental, como em *doente*, *subtilezas mentais*, *excentricidade*. Ou *marginalidade*, associada ao desvio, como em *última e pior parte*, *grosseiro*. E acabando na ideia de *mal*, como em *poderes mágicos*. *ser imaginário*, *aparentemente humano*.

Estes significados são constituídos em redor da ideia de oposição e negação dos atributos positivamente marcados da masculinidade, bem como, por vezes, de humanidade em geral, associada à masculinidade como pólo (normativo) a partir do qual se estabelecem comparações. A semelhança

entre estas unidades semânticas e as dos estereótipos da Mulher, incluindo a associação à natureza, à marginalidade e mesmo ao mal, é flagrante.

Estes significados retirados de um dicionário transportam-me para as definições de Bem e de Mal como categorias que orientam a vida social no Ocidente. Bem e Mal que estão subjacentes tanto às teorias do Pecado, como da Doença, como do Crime.

Estas têm sido as principais teorias a enquadrar as classificações da homossexualidade. A variação está na importância que cada qual teve em períodos históricos distintos, já que assentam em discursos letrados como a Religião, a Ciência e a Lei, que variam na história.

A actividade homossexual foi primeiramente classificada como pecado. E digo «actividade» porque a categoria social «o homossexual» não foi construída e estabelecida pela cultura letrada até à segunda metade do século XIX. O pecado aplicava-se, mais concretamente, ao acto sodomita (independentemente do sexo dos parceiros), proscrito pelo texto cristão. Com a ascensão das filosofias materialistas e positivistas, no século dezanove, tornou-se numa transgressão à ordem social, nesse período de reordenamento legal da reprodução pelo casamento oficial e monogâmico. Ou seja, tornou-se num Crime. Após Freud, o comportamento homossexual - e, já, «o homossexual» - tornou-se, sob os auspícios da medicina, da sexologia e da psiquiatria, numa Doença. Fisiológica (fundamentada na «ordem natural» reprodutiva que a Biologia «descobria») e/ou psicológica (fundamentada pelas teorias do próprio Freud).

Como é que, então, estes poucos dados e observações podem ser colocados no contexto mais vasto das ideias de sexualidade e género e sua construção social? Ortner e Whitehead afirmam que o género, a sexualidade e a reprodução, enquanto símbolos, levam-nos a procurar os contextos dentro dos quais eles fazem sentido, quer se trate de um conjunto mais vasto de símbolos, quer se trate de um ordenamento específico de relações sociais (Ortner, 1981). Cucchiari, por outro lado, realça a concepção - historicamente relativa - de género como um princípio de organização social, uma vez que há todo um leque de instituições e princípios que dependem do conceito de género para a sua existência, tais como o parentesco, a família, o casamento, o tabu do incesto e a heterossexualidade exclusiva (Cucchiari, 1981).

Através do cruzamento da abordagem antropológica e da histórica, poder-se-á responder à questão de como a dicotomia homossexual-heterossexual se desenvolveu no Ocidente, como a homossexualidade veio a ser definida negativamente e, mais que tudo, como se desenvolveu e como se reproduz a norma.

Para já, fiquemo-nos com dois exemplos ainda ao nível da desconstrução da linguagem. Na parte 3, abordarei alguns aspectos sobre a reprodução destas ideias e da norma. Os exemplos que se seguem apenas ilustram e confirmam a força moldadora das ideias de sexualidade e género.

Primeiro exemplo. Um número significativo de pessoas caracteriza os homossexuais como sendo mentalmente doentes, promíscuos, solitários, inseguros ou potencialmente molestadores de crianças, entre outros epítetos. Certas características tidas por positivas fazem também parte do estereótipo: sensibilidade, inteligência, sinceridade, imaginação, aprumo (Herek, 1984). Estas características positivas, no entanto, são ambivalentes. Na sociedade norte-americana, a que o estudo se refere, o tipo ideal de homem só pode ter uma quantidade limitada e controlada destas características, podendo os traços positivos em excesso tomarem-se negativos.

Estes pressupostos são-no efectivamente. Já que nem a realidade corresponde ao estereótipo (seja estatisticamente, seja porque a própria classificação da homossexualidade acentua o comportamento sexual, descartando as diferenças entre indivíduos nos outros planos), nem o estereótipo resulta da observação neutra, mas sim do conjunto das ideias sexuais normativas, como o demonstra a

experiência de Snyder e Uranowitz (1978 in Herek). Refere-se à selectividade da memória: quando um conjunto de entrevistados leram a história do caso de uma mulher X e lhes foi dito, mais tarde, tratar-se de uma homossexual, eles recordaram-se de informações do caso de estudo conformes com o estereótipo de homossexual. Um outro grupo de entrevistados, a quem foi dito que a mulher X era heterossexual, recordaram-se de informações apenas concordantes com essa etiquetagem.

Segundo exemplo. O antropólogo Michael Taussig usa os comentários do escritor Joseph Conrad sobre o aventureiro Roger Casement para exemplificar a mudança de opinião do primeiro em relação ao segundo após este ter sido julgado em tribunal. Eu próprio expando o exemplo para a questão dos estereótipos de homossexualidade. Conrad elogiara a personalidade de Casement, num primeiro momento, nos seguintes termos:

«Posso-lhe assegurar que ele é uma personalidade límpida. Há nele um toque de conquistador. Pois eu já o vi avançar para uma selva indescritível, balançando na mão um pau torto como única arma ... Alguns meses depois aconteceu vê-lo regressar de lá, ... calmo e sereno, como se tivesse ido dar uma volta ao parque ... » (Conrad in Taussig, 1984: 472, trad. livre).

Mais tarde, e após a revelação pública da homossexualidade de Casement, por via de um processo judicial implicando questões políticas, Conrad comenta:

«Ele era um bom companheiro, mas já em África eu pressentira que ele era um homem, a bem dizer, desprovido de cabeça. Não quero dizer estúpido. Quero dizer que ele era todo emoção. Uma criatura absolutamente temperamental - uma personalidade verdadeiramente trágica; e de trágico tinha tudo menos a grandeza. Só vaidade.» (Conrad in Taussig, 1984:473, trad. livre).

Os elementos que Conrad usa para descrever Casement «antes», constroem a imagem de alguém activo, sujeito das suas acções, tal como esperado do tipo ideal de homem, particularmente de um explorador-«conquistador», denotando coragem e destreza, bem como autoconfiança, sereno em situações que atrairiam a insegurança e a ansiedade.

No «depois», todo construído a partir de um *mas* - artifício retórico cujo efeito é negar a primeira afirmação positiva - Casement aproxima-se do estereótipo feminino: sem cabeça, só emoções. Passa a ser uma «criatura» com uma personalidade trágica, mas desprovida da grandeza da tragédia (enquanto «estilo» nobre), aludindo ao desequilíbrio mental e ao estereótipo do *pathos* homossexual. Finalmente, passa a ser vaidoso, isto é, tal como a mulher-tipo-negativo, desprovido de conteúdo, só forma.

Estes exemplos demonstram como à nossa volta, na interacção quotidiana, na linguagem aparentemente neutra nela utilizada, ou mesmo no texto literário - em suma, onde se queira - está a matéria-prima da reprodução de uma construção social da sexualidade e do género, aqui abordada à luz da classificação da homossexualidade. Resta resumir alguns elementos mais estruturais.

3.

Na minha opinião, uma nova antropologia é cada vez mais aquela que reflecte sobre a construção do seu próprio conhecimento ao mesmo tempo que aborda o conhecimento dos grupos sociais que estuda. Aquela que, por assim dizer, faz também trabalho de campo nos textos. Ao fazê-lo, socorre-se da história das ideias, das mentalidades, da crítica textual e hermenêutica, criando uma interdisciplinaridade que não é uma colagem, mas sim um novo produto. Contextualizar e aferir o processo do conhecimento é tentar ultrapassar o positivismo objectivista de dissecar o Outro com a faca da Verdade na mão.

O tema aqui abordado - a homossexualidade enquanto uma das dimensões da construção social das

ideias de sexualidade e género - não é um objecto de estudo em si. O que importa é perceber como, no processo de reprodução social de um qualquer grupo social, as ideias de sexualidade e género contribuem para essa reprodução. Para tal, é necessário cruzar a conjuntura - interactiva, feita de relações de poder, contrato, negociação, manipulação - com a estrutura inscrita na história, na transformação dos modelos ao longo do tempo.

Como diz Godelier (1982), é necessário analisar as ideias que uma sociedade cria acerca do corpo e os discursos que sustenta acerca dos corpos das mulheres e dos homens e o discurso sobre a sexualidade e da sexualidade, com o propósito de perceber qual o lugar que essas ideias ocupam na reprodução das sociedades.

Temos, então, três níveis de análise: primeiro, conjuntural, feita pela observação participante. Segundo, estrutural, feita pela análise do processo histórico que conduziu a uma dada situação. Terceiro, a análise do conhecimento sobre o assunto, fixado nos textos, quer religiosos, quer legais, quer científicos.

Em relação ao primeiro este texto dá alguns contributos. Assim como a linguagem foi nele o ponto de focagem, poderia ter sido o ritual, o gesto, a aprendizagem, etc.

Em relação ao segundo, gostaria de reafirmar que os sistemas de sexo-género são históricos, o que se comprova relembrando os diversos modelos estruturais e afectivos da família na história europeia (cf Poster, 1979; Goody, 1983) e as diversas construções simbólicas e práticas da sexualidade ocidental (Aries, 1982; Flandrin, 1976; Le Roy Ladurie, 1975; Duby, 1981, etc.). A dimensão histórica não é só o enunciar das diferenças no tempo, é também compreender a inter-relação entre sistemas de sexo-género e as outras relações, de poder, dentro de diferentes formações sociais e económicas.

Quanto ao terceiro, que entendo como subunidade do segundo, os textos da cultura letrada devem ser entendidos como correspondentes a diferentes ordenamentos sociais e económicos na história (a teologia e a ciência gerem épocas diferentes), mas também como coexistentes no presente, nos processos produtivo e reprodutivo de diferentes grupos sociais.

No que toca a este pequeno trabalho, o que importa é sublinhar que, através da análise de alguns textos da cultura letrada se percebe que a sexualidade não é um dado adquirido (e o mesmo se pode dizer do género), cuja canalização ou repressão seja o resultado de vários *complots*. Antes se criam sexualidades e géneros através de incitamentos e proibições (cf Foucault, 1976), e parece-me que é nos textos que estes se encontram fixados, mesmo que na prática as pessoas estrategizem e manipulem.

O século XIX, por várias vezes referido nas páginas anteriores, é um óptimo exemplo. Não só corresponde ao enraizamento de uma nova formação social e económica, de um novo sistema de sexo-género, como inclui a fundação das ciências que discursam sobre o sexual e a própria antropologia.

À divisão-especialização das ciências positivas corresponde a identificação de novas factuaisidades, tidas então por garantidas, mas que hoje precisam de ser explicadas: o Indivíduo (e a psicologia), ou o Agente (e a economia), o Corpo Natural (e a biologia e a medicina), o Social (e a sociologia), o Outro e a Evolução (e a antropologia).

Acrescente-se a sexologia, de Havelock Ellis ou Krafft-Ebbing, definidora da essência sexual natural, ideia a que me refiro logo na primeira página, e partilhada até hoje pelos «libertadores sexuais» ... Todas elas concorreram para a naturalização da família, por alegadamente esta responder às necessidades psicológicas e fisiológicas humanas, e resultante de uma evolução do imperfeito para o perfeito, do natural para o cultural.

A busca de leis sociais, associada a projectos de reordenamento da sociedade, fez-se na base do reordenamento da família, do corpo, da sexualidade, do próprio íntimo (o inconsciente). O sexual, que não é alheio a certos determinismos socioeconómicos da época, é individualizado e biologizado por estes cientistas, catalogável via dois tipos de oposições: o masculino ou o feminino, o normal ou o anormal. O normal é sempre o inquestionado; para um antropólogo o inquestionado esconde a chave. As tipologias de anormalidades que no século XIX, e pelo XX dentro, se constituem, fazem-no por referência ao critério central de reprodução humana pelo casamento heterossexual monogâmico, já que são, as mais importantes, a histeria feminina, a homossexualidade, e o Édipo, metáfora da recusa de crescer, produzir e reproduzir.

Nessa época assistia-se, então, à reformulação, fora da teoria anterior do pecado, da norma. O instrumento da reformulação foi a teoria da doença, individual ou social, aliada à lei: o positivismo conquistava o Corpo.

Uma palavra mais

As ideias de sexualidade e género não se limitam a um compósito de teorias *folk* ou científicas sobre o sexo, os corpos, a fisiologia sexual, os símbolos sexuais, as regras e tabus e a inserção de tudo isto na família e no casamento. O conceito de Amor joga também o seu papel. A palavra amor, ou amizade, ou mesmo desejo, parece desarmar toda a tentativa racionalista de analisar a vivência do género ou da sexualidade.

No entanto, o amor pode ser visto na sua dimensão não individual e subjectiva, mas sim de significado social, colectivamente construído na história, e sistematizado tanto na religião, como na tradição, como nas artes. O acto de amar tem lugar no meio de valores heterogéneos do grupo social, por referência aos valores mutáveis de Bem e de Mal, como o prova a própria evolução das categorias de pecados (cf. Iturra, 1988). E, naturalmente, dentro da dialéctica dos interesses e das emoções. Se não podemos, e não queremos, devassar o que acarinhámos como misterioso, podemos todavia encarar o Amor como padrão cultural do Ocidente (como em Rougemont, 1972), interligado às sexualidades e géneros que o acompanham na sua mudança e às instituições que deles emanam.

Vivemos entre a razão e o coração. Melhor: a nossa cultura diz-nos isso. Tal como a nossa história. Ao contrário de outras culturas, outras histórias. O próprio antropólogo legitima-se, na prática científica, com a razão. Vai para casa e cai nos braços da pessoa amada, invocando o Coração. O seu informante invoca o primado do Coração, mas no ano seguinte a Razão poderá levá-lo a um casamento com quem não deseja. Ou vice-versa ... «O coração tem razões que a razão desconhece», diz a tradição. A Razão tem corações que o Coração desconhece, digo eu.

Maio 1989